

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>	<p>NP: rf2rnkhg SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 24/04/2024 Requerimento nº 171/2024 Protocolo nº 3821/2024</p>	
<p>Autor: Dep. Janaina Riva</p>		

Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, com fundamento no que dispõe os artigos 28 da Constituição Estadual e 177 e seguintes do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que seja encaminhado ao Governo do Estado, Secretaria de Estado de Planejamento, Secretaria de Estado de Fazenda, REQUERENDO que seja retomada as discussões junto ao Governo do Estado, Assembleia Legislativa e MTPREV sobre a isenção dos descontos dos servidores públicos aposentados do Estado de Mato Grosso.

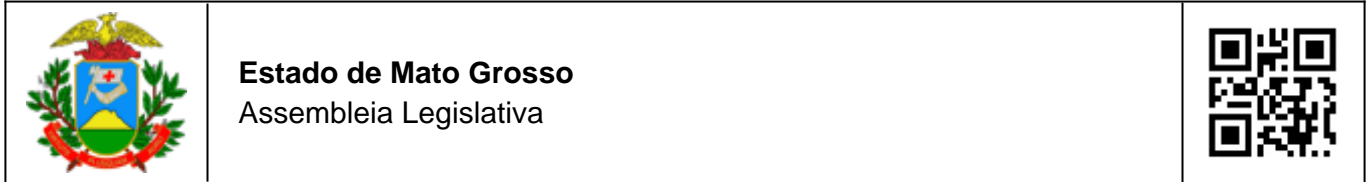
JUSTIFICATIVA

Como se sabe, a partir da última reforma da previdência, implementada em fevereiro de 2.020 pela Lei Complementar Estadual nº 654, de 19 de fevereiro de 2020, houve a alteração da Lei Complementar Estadual nº 202/2004 onde os servidores aposentados e pensionistas do Estado de Mato Grosso passaram a contribuir, com o percentual de 14% (quatorze por cento) da parcela dos proventos de aposentadoria e pensão que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios previdenciários do regime geral de previdência social. Esta é a disposição expressa do inciso II do Art. 2º da Lei Complementar nº 202, de 28 de dezembro de 2.004

A retomada das discussões sobre a isenção dos descontos dos aposentados é necessária para avaliar a viabilidade de aliviar o ônus financeiro sobre essa parcela da população e garantir uma renda mais adequada aos aposentados.

Os descontos nas aposentadorias impactaram significativamente a renda disponível dos aposentados, afetando sua qualidade de vida e capacidade de atender às suas necessidades básicas, como a compra de medicamentos. A aposentadoria acontece em final de carreira, momento em que devido a idade, o plano de saúde, para quem consegue pagar, já é mais caro do que pessoas que estão na ativa. Portanto, é importante que sejam realizadas análises cuidadosas dos impactos financeiros e econômicos dessa medida, a fim de encontrar soluções que possam beneficiar os aposentados.

Ao retomar as discussões, é necessário considerar as preocupações e necessidades dos aposentados, buscando alternativas que possam aliviar o peso dos descontos em suas aposentadorias. Isso pode envolver a avaliação de fontes alternativas de recursos para compensar a perda de receita proveniente dos descontos ou a implementação de políticas que garantam uma renda mais adequada aos aposentados.



É fundamental que as discussões sejam conduzidas de forma aberta e inclusiva, levando em consideração as diferentes perspectivas e interesses envolvidos. A participação dos aposentados, representantes do governo e outros atores relevantes é crucial para encontrar soluções que atendam às necessidades dos aposentados de maneira sustentável e justa.

Ao retomar as discussões sobre a isenção dos descontos dos aposentados, o objetivo principal deve ser garantir uma renda mais adequada e satisfatória aos aposentados, buscando soluções que considerem suas necessidades e preocupações específicas. Isso pode contribuir para melhorar a qualidade de vida dos aposentados e promover a justiça social.

Isto posto visando fazer justiça com os servidores públicos aposentados e pensionistas no Estado de Mato Grosso, buscando corrigir tal situação, de modo a restabelecer a regra geral para incidência da contribuição previdenciária sobre a parcela da remuneração que exceder o teto do INSS, é essencial a retomada dessa discussão.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 24 de Abril de 2024

Janaina Riva
Deputada Estadual